

Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

**Eixo temático: Serviço Social, relações de exploração/opressão e resistências de gênero,  
feminismos, raça/etnia, sexualidades**

**Sub-eixo: Relações Patriarcais de gênero, sexualidade, raça e etnia**

## **SERVIÇO SOCIAL E ARTE: REFLEXÕES ACERCA DO ENFRENTAMENTO A VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES ATRAVÉS DA EDUCAÇÃO ESTÉTICA**

**LARISSA SILVA CARVALHO<sup>1</sup>**

### **RESUMO**

Este artigo tem por objetivo traçar reflexões acerca da intervenção do Serviço Social nos casos de violência contra as mulheres através da educação estética com bases marxistas. Concluímos que a criação estética possibilita a emancipação contribuindo para a revolução e a disruptura do capital, do patriarcado e do racismo.

**Palavras-chave:** Serviço Social; gênero; violência; arte

### **ABSTRACT**

This article aims to outline reflections on the intervention of Social Services in cases of violence against women through aesthetic education with Marxist bases. We conclude that aesthetic creation enables emancipation by contributing to the revolution and disruption of capital, patriarchy and racism.

**Keywords:** Social Work; gender; violence; art

## **1. INTRODUÇÃO**

O presente artigo tem por objetivo dialogar sobre o tema da violência contra as mulheres enquanto expressão da questão social e como ele perpassa o fazer do Serviço Social na atualidade. Com isso, pretende-se localizar a arte como aliada das e dos assistentes sociais no campo da denúncia e na luta por emancipação humana. Mas antes disso, será necessário contextualizar a profissão historicamente no intuito de compreender a relação do projeto ético-político da profissão na contemporaneidade com a proposta ora apresentada.

---

<sup>1</sup> Universidade Estadual do Ceará

Nesse sentido, é preciso reconhecer que nem sempre a profissão foi guiada hegemonicamente em favor da classe trabalhadora, pois sua gênese é constituída no tradicionalismo e conservadorismo. Mais tarde, com a eclosão do Movimento de Reconceituação na América Latina, ocorre a adesão da teoria marxista no Serviço Social e irrompe a intenção de ruptura com o conservadorismo na profissão. Essa mudança é fundamental para a transformação no interior da profissão (Netto, 2011).

O surgimento da profissão está intrinsecamente vinculado à “questão social”, Netto (2011, p. 17) a define como “o conjunto de problemas políticos, sociais e econômicos que o surgimento da classe operária impôs no curso da constituição da sociedade capitalista”. No entanto, a expressão já existia muito antes da conformação profissional e da teoria marxiana, tendo registros por volta de 1830 (Iamamoto, 2001).

Para Mota (2018), a questão social mostra-se como problema real e sua intervenção deve ser realizada com os aportes da teoria do valor-trabalho. Isso porque a lei geral de acumulação capitalista revela a chave para a compreensão da relação entre exploração da força de trabalho e o modo de produção capitalista. Portanto, partimos da compreensão de que todas as formas de violação e desigualdade partem sobretudo da relação de exploração que existe entre capital e trabalho, que resultam numa série de outras expressões bárbaras de violações que ao longo do tempo continuam se reinventando e triturando a vida das e dos trabalhadoras/es.

A prática profissional norteia-se por um projeto ético-político vinculado a um projeto societário de maior abrangência cujo objetivo é a transformação da sociedade, portanto propomos neste trabalho tecer reflexões que abordem a arte como resposta para que sujeitos em situação de violência possam buscar a emancipação e a reivindicação de direitos.

## **2. SERVIÇO SOCIAL, GÊNERO E VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES**

Para que possa intervir nas expressões da questão social, a assistente social deve ter nitidamente seus objetivos e finalidades para que possa escolher os instrumentos corretos para aquela intervenção, tais ações são orientadas por um projeto profissional hegemonicamente de base marxista que desde meados da década de 1970 intenciona romper com o conservadorismo na profissão. Portanto, é um projeto de classe e que possui uma direção política, esta pode servir a classe social que exerce o poder político ou a classe trabalhadora, neste último caso o projeto

do Serviço Social é comprometido com a classe trabalhadora, inclusive por também estar inserido na divisão social e sexual do trabalho (Netto, 1999).

Abreu (2009) também acrescenta que o trabalho da assistente social pressupõe o desenvolvimento de uma dimensão que ela cunhou de pedagógica. A profissional precisa ter a habilidade de vincular o chão profissional com o projeto ético-político, pois a pedagogia emancipatória pode ter duas direções sociais: uma ligada estritamente a luta por reivindicação de direitos, na manutenção da cultura do bem-estar; e outra que busca a superação da ordem burguesa, pensando uma nova ordem societária. Nesse sentido, sem fatalismos nem messianismos, mas seguindo o projeto ético-político do Serviço Social, a profissional bem articulada coletivamente deve intencionar realizar um trabalho pela superação do capital, com uma postura anticapitalista, antipatriarcal e antirracista.

Ademais, para uma intervenção qualitativa compreendemos que seja indispensável a profissional um pensamento crítico a respeito do fenômeno da violência contra as mulheres, contextualizando-o historicamente a nível internacional e nacional, para que assim seja possível realizar articulações embasadas na realidade e na intenção de sua superação. Para Saffioti (2015), gênero pode ser entendido como uma categoria histórica, construída socialmente e reguladora das relações homem-mulher, homem-homem e mulher-mulher.

Já o patriarcado é compreendido como um regulador da vida das mulheres, de sujeição e dominação perpetradas pelos homens. Essa perspectiva defende a ideia entre público e privado para legitimar o poder masculino sobre o feminino, foi daí que surgiu nos movimentos feministas “o pessoal é político”. Nenhum caso é isolado, nenhuma situação acontece individualmente, tudo é político, inclusive a violência contra as mulheres (Saffioti, 2015).

Com o avanço da luta das mulheres foi possível realizar muitas conquistas junto ao Estado burguês, como o estabelecimento de políticas e garantia de direitos para as mulheres. Através da Política Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres (2011) que baseou-se na Convenção do Belém do Pará (1994) o Brasil definiu em seus documentos a violência contra as mulheres, destacando que se trata de violação de direitos humanos baseada no gênero, no qual resulta em “morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública como na esfera privada” (Art. 1º).

Acrescentamos a essa definição as reflexões de Joan Scott (1989) que defende a adoção do conceito de gênero e acrescenta que os estudos desta categoria vão depender de quais articulações serão feitas pelas pesquisadoras em suas investigações. Argumenta que as violações

estão calcadas principalmente nas dimensões sociais de classe, raça e gênero e que para uma compreensão real do fenômeno da violência contra as mulheres é preciso articulá-las. Nesse sentido, apoiamo-nos também em Kergoat (2010) que compreende as relações sociais de gênero em consubstancialidade às relações sociais de raça e classe, ou seja, formam um nós inseparável, portanto, coextensivas onde se reproduzem e co-produzem mutuamente.

As mulheres em situação de violência enfrentam formas de dominação com múltiplas camadas e naturezas cotidianas. A exposição às diversas formas de violação escondem as verdadeiras causas de sua manifestação, representadas pelas dimensões não só de gênero, mas raça, classe, geração, orientação sexual, entre outras. Caracteriza-se, precisamente, por uma violação dos direitos humanos baseada no gênero, mas que possui outros atravessamentos que devemos ser levados em consideração, pois é vivenciada de diversas maneiras e singularmente pelas mulheres, de acordo com sua classe social e raça/etnia, no entanto, não são casos isolados, como revelam os dados estatísticos, mas perpassam materialmente a história. É uma violação que se manifesta diversamente, tanto fisicamente, psicologicamente, sexualmente, moralmente e financeiramente (Crenshaw, 2020; Saffioti, 2015).

Pereira (2022, p. 05), faz a leitura das opressões enquanto manifestações de ideologias, que no caso do modo de produção capitalista, universaliza as ideias burguesas como se fossem de toda a sociedade, pois se mantém enquanto classe dominante “o que lhe outorga também o domínio sobre o poder imaterial – ou espiritual –, exteriorizado por um conjunto de ideias como expressões ideais das relações materiais dominantes”. Portanto, a violência contra as mulheres enquanto opressão e manifestação de uma ideologia tem por objetivo manter seu papel enquanto reprodutoras da classe trabalhadora. Todo o universo que envolve o feminino visa submetê-las a desempenhar determinados papéis na sociedade e a violência é a forma de coerção.

Para melhor entendimento da teoria da reprodução social, Bhattacharya (2019) vai pressupor uma relação unitária entre produção e reprodução da força de trabalho. De acordo com a autora, há três formas de reprodução da força de trabalho: atividades de regeneração dos trabalhadores como alimentação, cuidados pessoais; atividades de cuidado com aqueles que estão fora do mercado de trabalho como crianças, pessoas com deficiência e aposentados; por fim, o ato de parir uma nova vida. Essas ações podem ser realizadas tanto por homens quanto por mulheres, no entanto historicamente são as mulheres que ficam majoritariamente responsáveis por elas.

Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD de 2022 as mulheres brasileiras dedicam 9,6 horas a mais aos trabalhos domésticos do que os homens, número inferior à pesquisa anterior que registrou 10,6 horas em 2019. No entanto, a realidade não mudou muito, pois a pesquisa também mostrou que a divisão de tarefas permanece desigual. As mulheres que têm trabalho remunerado ainda dedicam cerca de 6,8 horas a mais do que os homens aos afazeres domésticos (IBGE, 2022).

Já as mulheres que se dedicam exclusivamente aos trabalhos domésticos dedicam de 7 a 11 horas a mais aos trabalhos da casa e cuidados do que os homens. No que diz respeito ao cuidado realizado a outras pessoas, as mulheres dedicam-se 35% a essa tarefa enquanto os homens 23%. Dessas, 87% auxiliam em cuidados pessoais contra 70% dos homens. Já nas atividades educacionais, as mulheres realizam 71% dessa atividade contra 59% dos homens (Idem, 2022).

Vale destacar, que maior parte das violências cometidas contra as mulheres ocorrem dentro do ambiente doméstico, portanto, elas passam mais tempo dedicando-se a atividades domésticas significa maior possibilidade também de sofrerem violência. Segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2024), o ano de 2022 registrou 221.240 casos de mulheres vítimas de violência, desses 144.285 foram violência doméstica, onde 86,6% dos homens foram os autores. O perfil das vítimas é 58,2% de mulheres negras, contra 39,8% de mulheres brancas.

Ademais, Bhattacharya (2019) também acrescenta que como a teoria da reprodução social se qualifica como uma teoria unitária entre as esferas da reprodução e produção, a intervenção em uma implica consequência na outra. Ela cita como exemplo que cortes de salários e desemprego produzem a violência doméstica. Destacamos que Saffioti (2015) também traz alguns apontamentos sobre a questão entre desemprego e violência contra as mulheres em sua obra, complementando sua intrínseca relação.

Portanto, não existe a possibilidade de analisarmos em separado questões de gênero, raça/etnia, sem associarmos com a classe. Da mesma maneira, não é possível pensarmos no fim dessas violências, sem o fim do capitalismo.

O mais importante é que essa teoria nos ajuda a entender que quaisquer ganhos nos direitos de gênero que tenhamos, tanto na economia formal quanto fora dela, só podem ser temporários, porque a base material da opressão às mulheres está amarrada ao sistema como um todo. Qualquer conversa sobre o fim da opressão e sobre a libertação, então, precisa lançar mão de uma conversa simultânea sobre o fim do sistema em si (Bhattacharya, 2019, p. 104).

A assistente social, enquanto trabalhadora receberá em seu campo de trabalho diversos casos de mulheres em situação de violência e precisará atuar nas mais diversas dimensões do fenômeno, seja de maneira imediata no intuito de cessar a violência, intervindo no atendimento e articulação de medidas de proteção para aquela mulher, que é fundamental para cessar a violência. Mas aqui queremos pensar na dimensão de mobilização, organização e emancipação dessas mulheres que foram vítimas de violência para que se organizem coletivamente na luta por direitos e até pensem em possibilidades superiores de superação dessa sociedade.

### **3. SERVIÇO SOCIAL, PROJETO ÉTICO-POLÍTICO E A ARTE NA CONTEMPORANEIDADE**

Como enunciado no início do texto, a gênese da profissão é marcada por intervenções tradicionais e conservadoras, o que se estende para as práticas educativas, que visavam o controle das classes subalternas aos interesses da burguesia. Com o Movimento de Reconceituação, essa perspectiva foi se modificando para uma ação que estabelecesse vínculos com a classe trabalhadora, baseada em um pressuposto emancipatório, o que viria a se estabelecer no projeto ético-político da profissão. Portanto, para o desenvolvimento desse segundo tópico, partiremos de reflexões sobre a dimensão pedagógica do Serviço Social para o desenvolvimento da educação estética como fator de mobilização, organização e emancipação da classe trabalhadora (Abreu; Cardoso, 2009).

Através da dimensão pedagógica, a assistente social pode interferir no modo de pensar e agir da classe trabalhadora e, assim, disputar mentes e corações por uma hegemonia proletária. Nesse sentido, é possível realizar um trabalho no sentido de superar a consciência alienada, que visa a manutenção da hegemonia dominante e a absorção de maneira acrítica da realidade (Scherer, 2013; Conceição, 2010).

Os processos de alienação desumanizam o ser humano, o objetificam, com fins de obtenção de lucro. Essas atividades acontecem na dimensão do cotidiano pois é nessa esfera da vida que ocorre a reprodução do indivíduo, no entanto, esse é um campo voltado para a singularidade, por isso os riscos de se cair em teias alienadoras, pois cada vez que o ser humano se afasta do seu ser humano-genérico, mais atrativo torna-se o cotidiano e as tarefas imediatas, ou pior, muitas vezes, a necessidade faz com que homens e mulheres só consigam recorrer a

atividades imediatas e a não distinguem entre escolher livremente, em decorrência do capitalismo (Scherer, 2013; Barroco, 2017).

Enquanto o trabalho ontologicamente cria a natureza humana, a alienação a desumaniza. O trabalho difere o ser humano das outras esferas naturais, pois desenvolve a natureza social, através dele é que se reproduz a vida, a cada momento histórico produzem-se os bens necessários para a sobrevivência humana. Cada ação é orientada por uma teleologia e pode ser acumulada ao longo do tempo por meio do conhecimento. No entanto, com o desenvolvimento do modo de produção capitalista, essas atividades passaram a ser mediadas por contratos de trabalho estabelecidos entre trabalhador e capitalista, portanto o que antes era exercido de maneira livre agora são convertidos em valores econômicos (Granemann, 2009).

As transformações que a profissão sofreu ao longo do tempo não a eximiu de vender sua força de trabalho e torná-la mercadoria, seu contratante quem irá determinar se seu trabalho é improdutivo ou produtivo. No entanto, majoritariamente é o Estado quem mais contrata assistentes sociais historicamente, o que pode-se deduzir que o trabalho de ampla maioria das/os profissionais é improdutivo pois não visa gerar lucro, apesar da crescente onda de precarização que assola o âmbito público com terceirizações, contratação de cooperativas e contratações por tempo determinado, dentre outros, que rebatem na qualidade e nos direitos trabalhistas das/os profissionais (Granemann, 2009; lamamoto, 2009).

Inserido na divisão social do trabalho, a/o assistente social vivencia atualmente a completa desregulamentação das políticas públicas, onde o Estado torna-se cada vez mais marionete do mercado realizando intensa privatização e mercantilização dos serviços públicos. Consequência disso, é que as respostas à questão social tornam-se responsabilidade do âmbito privado, o que significa também que o que era improdutivo torna-se ser produtivo, ou seja, observa-se a exigência de respostas baseadas em metas, poucos recursos para o desenvolvimento das atividades e objetivos que só atendem aos mínimos sociais (lamamoto, 2009).

De acordo com lamamoto (2009), o espaço profissional é um produto histórico que depende tanto da correlação de força entre as classes quanto das respostas políticas forjadas numa análise crítica da realidade e capacidade técnica para atender as demandas que surgirem. Em outras palavras, os espaços ocupacionais:

contêm elementos simultaneamente reprodutores e superadores da ordem, abrangendo tanto os espaços ocupacionais resultantes da ação do empresariado e de segmentos específicos da sociedade civil, quanto os derivados da implementação das políticas sociais de Estado e os acionados pela direção das organizações das classes trabalhadoras, todos

eles sujeitos ao impacto das tensões de classe, através de mediações específicas. lamamoto, 2009, p. 406.

Mas essa correlação de forças não está presente somente no espaço de atuação do/a assistente social. Observa-se na contemporaneidade o surgimento de diversas correntes teóricas no interior da profissão que disputam a hegemonia hoje estabelecida pela teoria marxista. Podemos citar brevemente a pós-modernidade e o Serviço Social libertário. São correntes que induzem a profissão a retornar para bases conservadoras e tradicionais, pois tem como premissa respostas individualizadas e micro abordagens, já que não se vinculam a um projeto societário de superação da ordem vigente (Araujo; Marinho, 2016).

Apesar de hegemonicamente existir um projeto ético-político pautado no marxismo, o Serviço Social a todo momento é atingido pela conjuntura socioeconômica e ideopolítica, com a tentativa de implantação de um projeto conservador em todo o aparelho de Estado, o que impacta diretamente no acesso das/os usuárias/os e na atuação das/os assistentes sociais, pois o que se avizinha são políticas sociais que seguem valores morais pautados na solidariedade e na ajuda mútua (Barroco, 2010).

Com o Código de Ética de 1993, a profissão se opõe ao liberalismo, ao humanismo, cristão, ao marxismo anti-humanista e ao debate pós-moderno. Defende, outrossim, um ideário baseado no socialismo através de valores como liberdade, defesa intransigente dos direitos humanos, eliminação de todas as formas de preconceito, construção de uma nova sociedade, entre outros (Barroco, 2010; CFESS, 2012).

Nesse sentido, a educação estética mediada pela profissão com intuito de promover a liberdade e a superação das diversas formas de opressão, aqui especificamente o patriarcado, mas também a exploração do capital e todas as outras formas de opressão, que não estão separadas, tem sentido e fundamento quando nos apoiamos nos documentos profissionais, principalmente quando tratamos de uma estética marxista baseada na superação da alienação cotidiana.

Quando falamos de cotidiano observamos se tratar de um campo onde manifestam-se as mais diversas formas de violações contras as mulheres e que estas, por sua vez, tornam-se paulatinamente naturalizadas. Em uma realidade em que se encontra materializado o sistema capitalista, as relações sociais resultado desse modo de produção transforma tudo ao redor em mercadoria, em algo estranhado (Marx, 2004).



Segundo Vázquez (2011), a criação artística pressupõe autonomia pois ela perpassa pela experiência singular do artista, ao mesmo tempo em que ele se manifesta enquanto ser social, real, situado em determinado contexto histórico, particular. Para o autor, a arte inventa novos meios de expressão, mas sem negar totalmente o passado, absorvendo o que há de valioso nele, num movimento dialético. A arte tem capacidade de enriquecer o mundo humano e não pode ser concebida fora da sociedade em que está inserida historicamente.

Já a alienação impossibilita o pensar crítico e o desenvolvimento do ser humano, ou seja, é uma forma de pensamento que se manifesta na produção de mercadorias mas também nas ideias. O que queremos dizer aqui é, que o espraiamento das ideias patriarcais por toda a classe trabalhadora de que homens têm poderes sobre mulheres nos dá pistas de ações alienadas mediante uma realidade cotidiana cooptada pelo capital e por ideologias da classe burguesa. Nesse sentido, a arte e a atividade artística cumpre um importante papel: o de desalienação.

#### **4. CONCLUSÃO**

O trabalho propõe reflexões para a abordagem da educação estética como possibilidade para a emancipação e desalienação das mulheres. Com base no projeto ético-político, pôde-se perceber que existe essa possibilidade da/o assistente social trabalhar a liberdade e o fim de todas as formas de preconceitos, princípios fundamentais da profissão, através da criação artística. A arte é criadora do novo, move conhecimentos, transforma realidades, tem um poder maior do que qualquer palavra. Trabalhar a imagem, o som, o movimento, a criação, com as usuárias, pode ser um caminho para pensar a emancipação. O próprio Marx, foi um entusiasta da estética (Frederico, 2022).

Portanto, não pretendemos finalizar o debate, mas incitar maior interesse da categoria pela educação estética como fenômeno desalienador, sobretudo o papel da arte na emancipação de mulheres em situação de violência. A proposta desse texto foi relacionar estética marxista e gênero, na busca de pensar possibilidades concretas. Como agir dialético, a arte não atinge apenas a quem se destina, mas a quem também se propõe realizar, nesse sentido, pensamos que a criação artística transforma o fazer das assistentes sociais e enriquece o cotidiano.

#### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

Abreu, M. M.; Cardoso, F. G. Mobilização social e práticas educativas. In: ABEPSS; CFESS (Org.). Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: Cfess/Abepss, UnB, 2009, p. 593-608.

Barroco, Maria Lúcia. Ética em Movimento. CFESS: Brasília, 2017. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS-Modulo01-EticaMovimento-Ebook2022.pdf>. Acesso em: 16 ago. 2024.

Barroco, Maria Lúcia. Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos. São Paulo: Cortez, 2010.

Bhattacharya, Tithi. O que é a teoria da reprodução social? **Revista Outubro**, n. 32, 2019. Disponível em: [http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2019/09/04\\_Bhattacharya.pdf](http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2019/09/04_Bhattacharya.pdf). Acesso em: 16 ago. 2024.

CFESS. Código de Ética da/o Assistente Social Comentado. CFESS: Brasília, 2012.

Conceição, Débora Guimarães. O Serviço Social e prática pedagógica: a arte como instrumento de intervenção social. *Serv. Soc. Rev.*, Londrina, v. 12, n.2, p. 51-67, jan./jun. 2010. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/download/7542/6830/28222>. Acesso em: 13 ago. 2024.

Crenshaw, Kimberlé. Mapeando as margens: interseccionalidade, políticas identitárias e violência contra mulheres de cor. Tradução: Granato, Paula; Benevides, Gregório. Revisão Técnica: Silva, Allyne Andrade e. In: Martins, Ana Claudia Aymoré; Vera, Ferreira Elias (orgs.). *Corpos em aliança: diálogos interdisciplinares sobre gênero, raça e sexualidade*. 1. ed. Curitiba: Appris, 2020.

Decreto Nº 1973, 01 ago. 1996. Promulga a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, concluída em Belém do Pará, em 9 de junho de 1994.

Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2024. Disponível: <<https://forumseguranca.org.br>>. Acesso 14 ago. 2024.

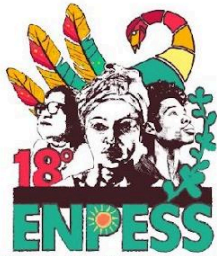
Frederico, Celso. A arte em marx: um estudo sobre os manuscritos econômico-filosóficos. *Revista Novos Rumos*, [S. l.], n. 42, 2022. DOI: 10.36311/0102-5864.19.v0n42.2144. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/novosrumos/article/view/2144>.. Acesso em: 16 ago. 2024.

Granemann, Sara. O processo de produção e reprodução: trabalho e sociabilidade. In: CFESS. *Serviço social: Direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: CFESS, 2009.

Iamamoto, Marilda. A questão social no capitalismo. **Revista Temporalis**, v. 2, n. 03, p. 45-67, 2001. Brasília: ABEPSS.

Iamamoto, Marilda Villela. Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social. In: CFESS. *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD) 2022. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 16 ago.2024.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

Kergoat, Daniele. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. Rev. Novos Estudos, 86, mar. 2010.

Marx, Karl. Manuscritos Econômicos-filosóficos. São Paulo: Boitempo, 2004.

Mota, Ana Elizabete Simões. **O mito da assistência social**: ensaios sobre Estado, política e sociedade. São Paulo: Cortez Editora, 2018.

Netto, José Paulo. **Capitalismo monopolista e serviço social**. São Paulo: Cortez, 1992.

\_\_\_\_\_. A construção do projeto ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea. In: CFESS, Abepss, CEAD-UnB, 1999.

Pereira, Alana Andreia. “Teoria” da reprodução social em debate: uma análise a partir do feminismo marxista socialista. **Cadernos Cemarx**, Campinas, SP, v. 15, n. esp., p. 1–19, 2022. DOI: 10.20396/cemarx.v15in.esp.15998. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/cemarx/article/view/15998>. Acesso em: 25 jul. 2024.

Saffioti, Heleieth. Gênero, patriarcado e violência. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

Santos, Josiane Soares. **Neoconservadorismo pós-moderno e serviço social brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2007. (Coleção Questões da Nossa Época; v. 132).

Scherer, Giovane Antonio. Serviço Social e arte: juventudes e direitos humanos em cena. São Paulo Cortez, 2013.

Scott, Joan (1989). Gênero: uma categoria útil para análise histórica. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbnmnibpcjpcglclefindmkaj/https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/185058/mod\_resource/content/2/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf>. Acesso em: 06 nov. 2023.

Vásquez, Sánchez. As ideias estéticas de Marx. São Paulo: Expressão Popular, 2010.